



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 2574 / 24  
Rubrica e Fls: 02

## Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

## PROTOCOLLO

Identificador: 43a0a717-d67c-40e6-8d7a-33d4f8effa13

Protocolo: **Processo Requerimento Nº 002574/2024**

Data: 01/02/2024 14:03:02

Origem: **GUILHERME SOUZA CAMPOS**

\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*

Contato: **GUILHERME SOUZA CAMPOS**

\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*

Protocolador: **MATEUS DE CASTRO**

Assunto: **IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO**

Detalhamento: **IMPUGNAÇÃO**

## HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

versão completa

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo MATEUS DE CASTRO 01/02/2024 14:03:14	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

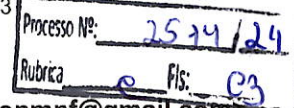
Gerado por: mateusprotocolo@hotmail.com

Página 1 de 1

01/02/2024 14:03



Licitação PMNF &lt;licitacaopmnf@gmail.com&gt;

**Pedido de Impugnação - Licitação por Pregão Eletrônico 263/2023**

2 mensagens

**Organokits Práticas Sustentáveis OrganoKits** <organokits@gmail.com>

30 de janeiro de 2024 às 18:02

Para: licitacaopmnf@gmail.com

Cc: pregaoeletronico.friburgo@gmail.com

À

**Banca examinadora do processo de licitação****PREGÃO ELETRÔNICO 263/2023**

pregaoeletronico.friburgo@gmail.com

**CONSULTORIA VOLTADA A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM BASE NA METODOLOGIA LIXO ZERO OU SIMILAR**

Prezados,  
Boa tarde.

Conforme facultado no tópico 28-CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL do edital em pauta, submetemos à vossa análise a presente solicitação de impugnação de itens específicos, dada a sua incompatibilidade com o objeto em licitação.

A seguir, destacamos os itens e respectivos argumentos para o que se pede.

*Primeiro destaque para o item:*

*11.1.6 Dispor de 01 (um) profissional habilitado, com registro no Conselho de Classe, para se responsabilizar pelos serviços de engenharia a serem executados e a respectiva emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;*

Item supracitado com correspondência direta ao item:

*11.1.10 Acervo Técnico*

*• O Coordenador de Projeto deve possuir Ensino Superior Completo em uma das seguintes áreas: Agronomia, Biologia, Engenharia Ambiental e/ou Sanitária, Química, Geografia, Gestão Ambiental e afins. Deverá ainda, possuir, experiência comprovada de no mínimo*

*(02) dois anos em projetos de*

*Educação Ambiental.*

*• O Coordenador Técnico deve possuir Ensino Superior Completo em uma das seguintes áreas: Agronomia, Biologia, Engenharia Ambiental e/ou Sanitária, Química, Geografia, Gestão Ambiental e afins, com registro no Conselho de Classe correspondente. Tal requisito se faz necessário face à necessidade de emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou similar, visto que o profissional que ocupar o cargo figurará como responsável técnico pelos projetos e serviços a serem executados. Deverá ainda, possuir, experiência comprovada de no mínimo (02) dois anos em gerenciamento de resíduos.*

*• O Consultor em gestão de resíduos sólidos credenciado da metodologia Lixo Zero ou equivalente, deve possuir experiência de no mínimo (02) dois anos na área de resíduos.*

*• O Consultor em Compostagem e Horta Agroecológica, deve possuir experiência comprovada na área, de no mínimo (02) dois anos.*

Segundo destaque para os itens:



11.1.20. Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e respectiva Certidão de Acervo Técnico emitido pelo CREA, em nome da empresa, comprovando haver prestado adequadamente, anteriormente, execução de serviços de características, quantidades e prazos compatíveis com as do objeto do termo de referência, devidamente registrados na entidade profissional competente;

11.1.21. Os Atestados de Capacidade Técnica deverão conter em destaque: data de início e término dos serviços, local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(s) técnico(s), seu título profissional e número de registro no CREA, especificações e demais dados técnicos com informações detalhadas sobre os trabalhos executados;

Tendo em vista os destaques mencionados, consideramos e reforçamos o fato de que os mesmos são incoerentes entre si e não são condizentes em sua integralidade com os serviços a serem prestados em resposta e atendimento ao objeto do presente edital.

A saber:

A exigência do Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa e a respectiva Certidão de Acervo Técnico emitido pelo CREA são incompatíveis com o objeto da licitação e demais exigências uma vez que profissionais de outras formações como Gestores Ambientais Biólogos, Professores, Geógrafos e outros são habilitados e executam projetos Lixo Zero em escola e sendo profissões fora do escopo do Conselho de Classe de Engenharia e Agronomia, o CREA. Portanto bastaria apenas um membro da empresa possuir a capacitação e experiência para consultoria Lixo Zero ou similares. Além disso, diversos profissionais realizam tal serviço de forma autônoma ou em parceria com outras instituições, e assim possuem ou podem solicitar ao seu contratante um atestado de capacidade técnica, porém em nome da pessoa que realizou (pessoa física) e não da empresa (pessoa jurídica) como exigido. Dessa forma entende-se que a exigência de ambos os documentos em nome da empresa são incompatíveis com as atividades propostas pelo edital.

As atividades indicadas no Termo de Referência (Anexo I) também não configuram serviços de engenharia, são atividades que não justificam a exigência de ART ou mesmo semelhante. Como frisado anteriormente, outros profissionais realizam projetos de Escolas Lixo Zero no Brasil e não são graduados em áreas de formação de engenharias, agronomia, arquitetura, dentre outras. Cabe registrar que a primeira Escola Lixo Zero do Brasil teve uma professora como responsável por todas as etapas de implantação da metodologia, como pode ser visto em reportagem do governo do Estado de Santa Catarina <https://www.youtube.com/watch?v=qIloL2nxoOc>. Esta realização foi possível com os conhecimentos da profissional, nesse caso a professora, e através da capacitação e apoio do Instituto Lixo Zero Brasil.

Com base nesses argumentos, solicita-se a impugnação dos itens 11.1.6, 11.1.20 e 11.1.21.

A partir disso pede-se também a re-ratificação 11.1.10 que exige que o coordenador técnico possua registro em conselho de classe. Pensando na expertise do profissional e que não há nenhum serviço estabelecido em edital e termo de referência que exija a emissão de uma ART, entende-se que apenas uma pessoa com experiência prévia na área de resíduos sólidos e educação ambiental seja suficiente para ser o coordenador técnico da execução dos serviços.

Atenciosamente,

Processo Nº:	2524/24
Rubrica	@
Fls:	05

**Guilherme Souza Campos**

Empreendedor de Impacto Social  
Gestor Ambiental / Sócio Fundador  
+55 22 98844.7829 / 99612.1971  
organokits@gmail.com



**Nova Friburgo Prefeitura** <pregaoeletronico.friburgo@gmail.com>  
Para: Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com>

31 de janeiro de 2024 às 10:05

[Texto das mensagens anteriores oculto]



À

Banca examinadora do processo de licitação  
PREGÃO ELETRÔNICO 263/2023  
pregaoeletronico.friburgo@gmail.com

## CONSULTORIA VOLTADA A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM BASE NA METODOLOGIA LIXO ZERO OU SIMILAR

Prezados,  
Boa tarde.

Conforme facultado no tópico 28-CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL do edital em pauta, submetemos à vossa análise a presente solicitação de impugnação de itens específicos, dada a sua incompatibilidade com o objeto em licitação.  
A seguir, destacamos os itens e respectivos argumentos para o que se pede.

*Primeiro destaque para o item:*

*11.1.6 Dispor de 01 (um) profissional habilitado, com registro no Conselho de Classe, para se responsabilizar pelos serviços de engenharia a serem executados e a respectiva emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;*

Item supracitado com correspondência direta ao item:

### *11.1.10 Acervo Técnico*

- O Coordenador de Projeto deve possuir Ensino Superior Completo em uma das seguintes áreas: Agronomia, Biologia, Engenharia Ambiental e/ou Sanitária, Química, Geografia, Gestão Ambiental e afins. Deverá ainda, possuir, experiência comprovada de no mínimo (02) dois anos em projetos de Educação Ambiental.*
- O Coordenador Técnico deve possuir Ensino Superior Completo em uma das seguintes áreas: Agronomia, Biologia, Engenharia Ambiental e/ou Sanitária, Química, Geografia, Gestão Ambiental e afins, com registro no Conselho de Classe correspondente. Tal requisito se faz necessário face à necessidade de emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou similar, visto que o profissional que ocupar o cargo figurará como responsável técnico pelos projetos e serviços a serem executados. Deverá ainda, possuir, experiência comprovada de no mínimo (02) dois anos em gerenciamento de resíduos.*
- O Consultor em gestão de resíduos sólidos credenciado da metodologia Lixo Zero ou equivalente, deve possuir experiência de no mínimo (02) dois anos na área de resíduos.*
- O Consultor em Compostagem e Horta Agroecológica, deve possuir experiência comprovada na área, de no mínimo (02) dois anos.*

Segundo destaque para os itens:

11.1.20. *Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e respectiva Certidão de Acervo Técnico emitido pelo CREA, em nome da empresa, comprovando haver prestado adequadamente, anteriormente, execução de serviços de características, quantidades e prazos compatíveis com as do objeto do termo de referência, devidamente registrados na entidade profissional competente;*

11.1.21. *Os Atestados de Capacidade Técnica deverão conter em destaque: data de início e término dos serviços, local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(s) técnico(s), seu título profissional e número de registro no CREA, especificações e demais dados técnicos com informações detalhadas sobre os trabalhos executados;*

Tendo em vista os destaques mencionados, consideramos e reforçamos o fato de que os mesmos são incoerentes entre si e não são condizentes em sua integralidade com os serviços a serem prestados em resposta e atendimento ao objeto do presente edital.

A saber:

A exigência do Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa e a respectiva Certidão de Acervo Técnico emitido pelo CREA são incompatíveis com o objeto da licitação e demais exigências uma vez que profissionais de outras formações como Gestores Ambientais Biólogos, Professores, Geógrafos e outros são habilitados e executam projetos Lixo Zero em escola e sendo profissões fora do escopo do Conselho de Classe de Engenharia e Agronomia, o CREA. Portanto bastaria apenas um membro da empresa possuir a capacitação e experiência para consultoria Lixo Zero ou similares. Além disso, diversos profissionais realizam tal serviço de forma autônoma ou em parceria com outras instituições, e assim possuem ou podem solicitar ao seu contratante um atestado de capacidade técnica, porém em nome da pessoa que realizou (pessoa física) e não da empresa (pessoa jurídica) como exigido. Dessa forma entende-se que a exigência de ambos os documentos em nome da empresa são incompatíveis com as atividades propostas pelo edital.

As atividades indicadas no Termo de Referência (Anexo I) também não configuram serviços de engenharia, são atividades que não justificam a exigência de ART ou mesmo semelhante. Como frisado anteriormente, outros profissionais realizam projetos de Escolas Lixo Zero no Brasil e não são graduados em áreas de formação de engenharias, agronomia, arquitetura, dentre outras. Cabe registrar que a primeira Escola Lixo Zero do Brasil teve uma professora como responsável por todas as etapas de implantação da metodologia, como pode ser visto em reportagem do governo do Estado de Santa Catarina <https://www.youtube.com/watch?v=qllol2nxoOc>. Esta realização foi possível com os conhecimentos da profissional, nesse caso a professora, e através da capacitação e apoio do Instituto Lixo Zero Brasil.

Com base nesses argumentos, solicita-se a impugnação dos itens 11.1.6, 11.1.20 e 11.1.21.



A partir disso pede-se também a re-ratificação 11.1.10 que exige que o coordenador técnico possua registro em conselho de classe. Pensando na expertise do profissional e que não há nenhum serviço estabelecido em edital e termo de referência que exija a emissão de uma ART, entende-se que apenas uma pessoa com experiência prévia na área de resíduos sólidos e educação ambiental seja suficiente para ser o coordenador técnico da execução dos serviços.

Atenciosamente,

**Guilherme Souza Campos**

Gestor Ambiental

CPF 011.126.847-86

Comissão de Pregão I

**DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 263/2023**

Processo Licitatório nº: 23.459/2023

Processo de Impugnação nº: 2.574/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria voltada à gestão de resíduos sólidos com base na metodologia "Lixo Zero" ou similar, visando a promoção da Educação Ambiental em 05 (cinco) escolas municipais de Nova Friburgo, para atender as necessidades da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Sustentável (Fundo Municipal de Meio Ambiente), pelo período de 08 (oito) meses do Ano Letivo.

IMPUGNANTE: Organokits Práticas Sustentáveis

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa Organokits Práticas Sustentáveis, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 10.024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 266/2023.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

**I. DAS PRELIMINARES**

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos

*Ruy*



Comissão de Pregão I  
colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

## II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em síntese, alega a Impugnante que, diante das solicitações referentes a qualificação técnicas solicitadas no termo de referências como item 11.1.10 Acervo Técnico:

O Coordenador de Projeto deve possuir Ensino Superior Completo em uma das seguintes áreas: Agronomia, Biologia, Engenharia Ambiental e/ou Sanitária, Química, Geografia, Gestão Ambiental e afins. Deverá ainda, possuir, experiência comprovada de no mínimo (02) dois anos em projetos de Educação Ambiental.

11.1.20. Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e respectiva Certidão de Acervo Técnico emitido pelo CREA, em nome da empresa, comprovando haver prestado adequadamente, anteriormente, execução de serviços de características, quantidades e prazos compatíveis com as do objeto do termo de referência, devidamente registrados na entidade profissional competente;

11.1.21. Os Atestados de Capacidade Técnica deverão conter em destaque: data de início e término dos serviços, local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(s) técnico(s), seu título profissional e número de registro no CREA, especificações e demais dados técnicos com informações detalhadas sobre os trabalhos executados;

A empresa questiona a necessidade de tais exigências tendo em vista os destaques mencionados, consideramos e reforçamos o fato de que os mesmos são incoerentes entre si e não são condizentes em sua integralidade com os serviços a serem prestados em resposta e atendimento ao objeto do presente edital.

## III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Comissão de Pregão I

06. Em face do exposto, requer:

A) Com base nesses argumentos, solicita-se a impugnação dos itens 11.1.6, 11.1.20 e 11.1.21.

B) A partir disso pede-se também a rerratificação 11.1.10 que exige que o coordenador técnico possua registro em conselho de classe. Pensando na expertise do profissional e que não há nenhum serviço estabelecido em edital e termo de referência que exija a emissão de uma ART, entende-se que apenas uma pessoa com experiência prévia na área de resíduos sólidos e educação ambiental seja suficiente para ser o coordenador técnico da execução dos serviços.

#### IV. DO MÉRITO

07 - Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, na forma do que dispõe o item 28.3 do edital e que, após análise, o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

Informo que a licitação em tela se encontra marcada para o dia 05 de fevereiro de 2024 e, caso necessário, será suspensa *Sine die*, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 31 de janeiro de 2024.



**LEONARDO GABRIG PEIXOTO**  
Pregoeiro- Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934



**Para: GABMDUS**

Origem: SSPLMCA

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
SEMMADUS/SSPLMCA

Processo nº 02574/2024 Nº da folha: 0012  
Data 01-02-2024 Rafael Vigneron Cariello

**A fim de instruir o processo nº 02574/2024**

**Requerente: GUILHERME SOUZA CAMPOS**

**Assunto: Solicitação**

**Informação:**

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa *Organokits Práticas Sustentáveis* em face de previsões contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 263/2023.

Em suma, o Impugnante requer a impugnação dos itens 11.1.6; 11.1.20 e 11.1.21 e a rerratificação do item 11.1.10 que tratam sobre critérios de qualificação técnica.

A equipe de planejamento entende **não** haver a incoerência aduzida pelo Impugnante, pelas razões que passa a expor:

Quanto ao item 11.1.6, o próprio Termo de Referência traz a justificativa para a sua formulação, vejamos:

Item 11.1.6: "*Dispor de 01 (um) profissional habilitado, com registro no Conselho de Classe, para se responsabilizar pelos serviços de engenharia a serem executados e a respectiva emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;*".

***"Esta exigência se adequa à necessidade da Secretaria de Municipal de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Urbano e Sustentável, pela importância e conhecimento especializado que este tipo de profissional possui, como responsável técnico;"***

Note-se que o disposto no item 11.1.6 do Termo de Referência está relacionado a figura do coordenador técnico, sendo certo que ao descrever os requisitos a ele inerentes, é o único componente que precisa emitir Anotação de Responsabilidade Técnica ou similar, vejamos:

***"O Coordenador Técnico deve possuir Ensino Superior Completo em uma das seguintes áreas: Agronomia, Biologia, Engenharia Ambiental e/ou Sanitária, Química, Geografia, Gestão Ambiental e afins, com registro no Conselho de Classe correspondente. Tal requisito se faz necessário face à necessidade de emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou similar, visto que o profissional que ocupar o cargo figurará como responsável técnico pelos projetos e serviços a serem executados. Deverá ainda, possuir, experiência comprovada de no mínimo (02) dois anos em gerenciamento de resíduos."***

Logo, apesar de no item 11.1.6 não ter se incluído o termo "**similar**", na descrição do coordenador técnico presente no item 11.1.10 tal previsão constou expressamente.

Quanto a expressão contida no referido item, qual seja: "serviços de engenharia a serem executados", sem sombras de dúvidas o gerenciamento de resíduos sólidos também está contemplado no ramo da engenharia, não havendo qualquer incoerência ou limitação no uso da referida expressão, visto que por nenhum momento se limitou o exercício das atividades por profissional com formação em engenharia.





Ademais, a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou similar, não é ato exclusivo de engenheiros, podendo referido documento ser expedido por outros profissionais, tais como biólogos, geógrafos, técnicos, dentre outros.

Desta forma, afasta-se as alegações da Impugnante no que tange a alegada "incoerência" e por consequência julga-se improcedente o pedido de impugnação (alegação de desnecessidade) da exigência contida no item 11.1.6.

Pelas mesmas razões entende-se por improcedente o pleito de rerratificação do contido no item 11.1.10, no que se refere a exigência de vinculação aos respectivos Conselhos de Classe, bem como emissão de ART ou similar, uma vez que tal instrumento define, para efeitos legais, os responsáveis técnicos pela prestação dos serviços.

Acrescente-se que, a comprovação de credenciamento na metodologia Lixo Zero ou similar, refere-se exclusivamente ao componente da equipe mínima descrito como Consultor em Gestão de Resíduos Sólidos, conforme exposto no item 11.1.10, podendo o profissional credenciado, ter formação em qualquer área de atuação.

No que tange a impugnação dos itens 11.1.20 e 11.1.21 igualmente não se entende pela ocorrência de qualquer incoerência ou excessividade em razão da sua formulação, haja vista que durante o Estudo Técnico Preliminar, a equipe de planejamento entendeu por necessária a comprovação exigida em referidos itens, de modo a se ter maior garantia quanto a *expertise* dos profissionais e da empresa ganhadora do certame.

Desta forma, o que se requer no item 11.1.20 referente à pessoa jurídica é a efetiva comprovação de atuação na área de gestão de resíduos sólidos e projetos de educação ambiental, independentemente de algum tipo de credenciamento referente a metodologia Lixo Zero ou Similar, o que repita-se foi exigido tão somente do Consultor em Gestão de Resíduos.

Note-se que não se trata de exigência impossível ou de difícil cumprimento, tanto que chegou a haver questionamento quanto ao momento de sua comprovação, se no ato de habilitação ou contratação, sem nada se mencionar quanto a sua eventual impertinência.

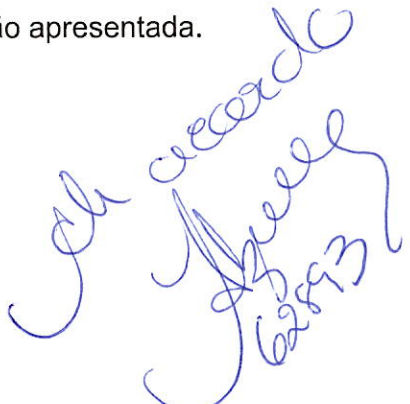
Desta forma, a comprovação de qualificação tanto da licitante vencedora, quanto dos profissionais que comporão a equipe técnica são requisitos tidos, pela equipe de planejamento, como essenciais à contratação.

Não bastasse, manifesta-se esta Equipe de Planejamento pela desnecessidade de republicação do edital, porquanto os esclarecimentos acima propostos não implicam em alteração do edital ou do termo de referência, e, por via direta de consequência, não alterou a elaboração da proposta das licitantes interessadas.

Ante o exposto, opina-se pela improcedência total da impugnação apresentada.



Rafael Vigneron Cariello  
Matr. 62036



Jh. Cecilio  
Matr. 62036





PROCESSO N° 2574

DIA 02/02/2024

Folhas N° 14 Rubrica B

**Processo: 2574/2024**

**Requerente: Organokits Práticas Sustentáveis**

**Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 263 de 2023 - Processo Licitatório n. 23.459/2023**

Ao Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos;

## **I - RELATÓRIO**

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa requerente em 30/01/2024 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n.263 de 2023 - Processo Licitatório n. 23.459/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria contada à gestão de resíduos sólidos com base da metodologia “Lixo Zero” ou similar.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 02 de fevereiro de 2023.

Em suma, a empresa alega em sua peça de impugnação a incompatibilidade dos itens 11.1.6, 11.1.20 e 11.1.21 com o objeto do certame, requerendo a sua supressão, bem como a retificação do item 11.1.10.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 09/11, afirmou estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade e encaminhou o procedimento à Secretaria requisitante para pronunciamentos de ordem técnica.

Às fls. 12/13 consta a manifestação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, rebatendo as alegações da requerente, pugnando pela improcedência da impugnação.

Por fim, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria-Geral.

É o relatório.



## II - DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 30/01/2024 é tempestiva, em conformidade com o art. 164, parágrafo único da Lei n. 14.133/2021, tendo em vista que a realização do Pregão está marcada para 05/02/2024.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Pois bem. Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 16 da IN n. 73/2022:

*Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.*

*§ 1º O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.*

*§ 2º A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.*

*§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 17.*

*§ 4º As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema, dentro do prazo estabelecido no § 1º, e vincularão os participantes e a Administração.*

Verifica-se que a Comissão de Pregão I recebeu a impugnação, eis que preenchidos os requisitos de admissibilidade, encaminhando os autos à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável para pronunciamento de ordem técnica.





Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável a análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame, mas tão somente sobre os aspectos jurídico-legais impugnados.

Pois bem. De acordo com a manifestação apresentada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável às fls. 12/13, não há a incoerência aduzida pela impugnante.

Afirma que, quanto ao disposto no item 11.1.6, o próprio Termo de Referência traz a justificativa para a sua formulação, estando relacionado à figura do coordenador técnico, que é o único componente que precisa emitir Anotação de Responsabilidade Técnica, tendo sido previsto expressamente no item 11.1.10 o termo “similar”.

Afirma, ainda, que quanto à expressão contida, qual seja, “serviços de engenharia a serem executados”, o gerenciamento de resíduos sólidos também está contemplado no ramo da engenharia, não havendo qualquer incoerência ou limitação no uso da referida expressão, uma vez que não se limitou o exercício das atividades por profissional com formação em engenharia.

Aduz que a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou similar, não é ato exclusivo de engenheiros, podendo tal documento ser expedido por outros profissionais, como biólogos, geógrafos, técnicos, dentre outros, motivo pelo qual julga improcedente o pedido de impugnação quanto à desnecessidade da exigência contida no item 11.1.6.





Pelas mesmas razões, afirma a Secretaria que o pleito de retificação do item 11.1.10 mo que se refere à exigência de vinculação aos respectivos Conselhos de Classe, bem como emissão de AR ou similar, eis que tal instrumento define, para efeitos legais, os responsáveis técnicos pela prestação dos serviços.

No que tange à comprovação de credenciamento na metodologia Lixo Zero ou similar, afirma que *“refere-se exclusivamente ao componente da equipe mínima descrito como Consultor em Gestão de Resíduos Sólidos, conforme exposto no item 11.1.10, podendo o profissional credenciado, ter formação em qualquer área de atuação”*.

Quanto à impugnação dos itens 11.1.20 e 11.1.21, afirma a Secretaria que *“(...) igualmente não se entende pela ocorrência de qualquer incoerência ou excessividade em razão da sua formulação, haja vista que durante o Estudo Técnico Preliminar, a equipe de planejamento entendeu por necessária a comprovação exigida em referidos itens, de modo a se ter maior garantia quanto a expertise dos profissionais e da empresa ganhadora do certame”,* bem como que *“(...) o que se requer no item 11.1.20 referente à pessoa jurídica é a efetiva comprovação de atuação na área de gestão de resíduos sólidos e projetos de educação ambiental, independentemente de algum tipo de credenciamento referente a metodologia Lixo Zero ou Similar; o que repita-se foi exigido tão somente do Consultor em Gestão de Resíduos”*.

Por fim, afirma que *“(...) a comprovação de qualificação tanto da licitante vencedora, quanto dos profissionais que comporão a equipe técnica são requisitos tidos, pela equipe de planejamento, como essenciais à contratação”,* opinando pela improcedência total da impugnação apresentada.

Inicialmente, verifica-se que os itens impugnados constam tão somente no Termo de Referência, item 11, que versa sobre as obrigações da contratação e forma de execução do contrato. Logo, não se tratam de requisitos de qualificação técnica, a serem aferidos na fase de habilitação do certame, mas sim requisitos que devem ser cumpridos no momento da contratação, visando a execução do objeto.

O próprio item 11.1.9 do Termo de Referência dispõe que *“A contratada indicará no ato da assinatura do contrato os responsáveis técnicos que realização os serviços (...)”*.



A qualificação técnica foi prevista no item 22 do Edital do Pregão Eletrônico 263/2023, o qual exige apenas a apresentação de atestado de capacidade técnica que comprove a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no Termo de Referência, conforme previsão dos itens 11.1.20 e 11.1.21.

Sobre o tema, vejamos o que dispõe o art. 30 da Lei n. 8.666/93 acerca da exigência de qualificação técnica:

*Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;*

*II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*

*III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;*

*IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.*

*§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:*

*I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;*

A documentação relativa à qualificação técnica tem como objetivo verificar se o licitante possui requisitos profissionais e operacionais para executar o objeto da licitação.

A Lei de Licitações autoriza a Administração a exigir a comprovação da capacitação técnico-operacional, nos termos de seu art. 30, inc. II, e a comprovação da capacitação técnico-profissional, de acordo com seu art. 30, § 1º, inc. I.

No primeiro caso (capacitação técnico-operacional), a experiência a ser verificada é a da pessoa licitante, devendo comprovar, enquanto organização empresarial, sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.





PROCESSO N.º 2574

DIA 02/02/2024

Folhas N.º 19 Rubrica 80

Assim leciona Marçal Justen Filho:

*"A qualificação técnica operacional consiste em qualidade pertinente às empresas que participam da licitação. Envolve a comprovação de que a empresa, como unidade jurídica e econômica, participara anteriormente de contrato cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada pela Administração Pública".*

Quanto à capacitação técnico-profissional, o foco da exigência é a demonstração da experiência do profissional indicado pelo licitante para atuar como seu responsável técnico.

No Acórdão n. 534/2016 – Plenário-TCU, a Min. Relatora ponderou que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União evoluiu *"para admitir ser possível – e até mesmo imprescindível à garantia do cumprimento da obrigação – delimitar as características que devem estar presentes na experiência anterior do licitante quanto à capacidade técnico-operacional e técnico-profissional"* e ainda destacou:

*"(...) é compatível com o interesse público contratar empresas e profissionais com experiência comprovada na execução da obra que se irá executar. A questão não é a exigência da comprovação de experiência anterior, mas a razoabilidade dos parâmetros estipulados".*

[...]

*"Não há problemas em exigir do profissional mais do que se exigiu da firma, consoante apontado pela unidade técnica. A experiência da empresa na execução de obra é importante, mas não determinante. Sem profissional qualificado, a contratada não tem o mesmo desempenho, mesmo que tenha capacidade gerencial e equipamentos".*

Portanto, considerando que:

- i) a Lei n. 8.666/93 autoriza a Administração a exigir a comprovação da capacitação técnico-operacional e da capacitação técnico-profissional, nos termos do art. 30, inc. II e § 1º;
- ii) o item 22 do Edital do Pregão Eletrônico 263/2023 exige apenas a apresentação de atestado de capacidade técnica que comprove a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no Termo de Referência, conforme previsão dos itens 11.1.20 e 11.1.21;



PROCESSO N.º 2574

DIA 02/02/2014

Folhas N.º 20 Rubrica 8

iii) a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável apresenta justificativa às fls. 12/13 acerca da manutenção das exigências postas nos itens 11.1.6, 11.1.10, 11.1.20 e 11.1.21 do Termo de Referência, pugnando pela improcedência da impugnação; e

iv) as exigências dos itens 11.1.6 e 11.1.10 não se tratam de requisitos de qualificação técnica, na forma do item 11.1.9, devendo ser cumpridas tão somente no momento da assinatura do contrato;

Salvo melhor juízo, não se vislumbra ilegalidade passível de correção, não assistindo razão à impugnante.

Anote-se, por fim, que esta assessoria não dispõe de conhecimento necessário para analisar as justificativas de ordem técnica apresentadas às fls. 12/13, sendo de competência exclusiva da Secretaria requisitante, que detém a expertise necessária para definir os requisitos técnicos necessários para atender o objeto licitado.

### III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão I para ciência, manifestação e decisão final, com a adoção das providências que entender cabíveis.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas ao tema sob consulta, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, que poderá decidir de forma diversa, desde que devidamente justificada, com fiscalização pelo órgão de controle interno.





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO

PROCESSO N.º 2574

DIA 02/02/2024

Folhas N.º 21 Rubrica P

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à apreciação superior

Nova Friburgo, 02 de fevereiro de 2024.

Layne de Andrade Alves  
Coordenadora de Nível Superior Jurídico  
de Processos Administrativos  
Matr. 62.773

  
Carlos Eduardo V. N. da Veiga  
Subprocurador de Processos  
Administrativos  
Matricula 63347

Comissão de Pregão I

**DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 263/2023**


Processo Licitatório nº: 23.459/2023

Processo de Impugnação nº: 2.574/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria voltada à gestão de resíduos sólidos com base na metodologia "Lixo Zero" ou similar, visando a promoção da Educação Ambiental em 05 (cinco) escolas municipais de Nova Friburgo, para atender as necessidades da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Sustentável (Fundo Municipal de Meio Ambiente), pelo período de 08 (oito) meses do Ano Letivo.

IMPUGNANTE: Organokits Práticas Sustentáveis

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa Organokits Práticas Sustentáveis, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 10.024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 266/2023.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão. 

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

**I. DAS PRELIMINARES**

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos



Comissão de Pregão I  
colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

## II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em síntese, alega a Impugnante que, diante das solicitações referentes a qualificação técnicas solicitadas no termo de referências como item 11.1.10 Acervo Técnico:

O Coordenador de Projeto deve possuir Ensino Superior Completo em uma das seguintes áreas: Agronomia, Biologia, Engenharia Ambiental e/ou Sanitária, Química, Geografia, Gestão Ambiental e afins. Deverá ainda, possuir, experiência comprovada de no mínimo (02) dois anos em projetos de Educação Ambiental.

11.1.20. Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e respectiva Certidão de Acervo Técnico emitido pelo CREA, em nome da empresa, comprovando haver prestado adequadamente, anteriormente, execução de serviços de características, quantidades e prazos compatíveis com as do objeto do termo de referência, devidamente registrados na entidade profissional competente;

11.1.21. Os Atestados de Capacidade Técnica deverão conter em destaque: data de início e término dos serviços, local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(s) técnico(s), seu título profissional e número de registro no CREA, especificações e demais dados técnicos com informações detalhadas sobre os trabalhos executados;

A empresa questiona a necessidade de tais exigências tendo em vista os destaques mencionados, consideramos e reforçamos o fato de que os mesmos são incoerentes entre si e não são condizentes em sua integralidade com os serviços a serem prestados em resposta e atendimento ao objeto do presente edital.

## III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Comissão de Pregão I

06. Em face do exposto, requer:

A) Com base nesses argumentos, solicita-se a impugnação dos itens 11.1.6, 11.1.20 e 11.1.21.

B) A partir disso pede-se também a rerratificação 11.1.10 que exige que o coordenador técnico possua registro em conselho de classe. Pensando na expertise do profissional e que não há nenhum serviço estabelecido em edital e termo de referência que exija a emissão de uma ART, entende-se que apenas uma pessoa com experiência prévia na área de resíduos sólidos e educação ambiental seja suficiente para ser o coordenador técnico da execução dos serviços.

#### IV. DO MÉRITO

07 - Ante o exposto, pela secretaria solicitante em sua manifestação de justificativa às fls. 12/13 e Procuradoria Geral do Município às fls. 14/21, reiteram as solicitações apresentadas no Termo de referência informando que os itens que foram questionados pela impugnante são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

De acordo com as manifestações apresentadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente E Desenvolvimento Urbano Sustentável às fls. 12/13, não há a incoerência aduzida pela impugnante.

Reitero que inicialmente, verifica-se que os itens impugnados constam tão somente no Termo de Referência, item 11, que versa sobre as obrigações da contratação e forma de execução do contrato. Logo, não se tratam de requisitos de qualificação técnica, a serem aferidos na fase de habilitação do certame, mas sim requisitos que devem ser cumpridos no momento da contratação, visando a execução do objeto.

A qualificação técnica para a Habilitação do certame está prevista no item 22 do Edital do Pregão eletrônico 263/2023, o qual exige apenas a apresentação de atestado de




Comissão de Pregão I  
capacidade técnica que comprove a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no Termo de Referência, conforme previsão dos itens 11.1.20 e 11.1.21.

Diante do exposto, não se vislumbra ilegalidade passível de correção, não assistindo razão à impugnante.

#### IV. DA DECISÃO

08. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiado pela manifestação do setor técnico requisitante (fls. 12 a 13) e pelo parecer da Procuradoria Geral do Município (fls. 14 a 21), sem nada mais evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa ORGANOKITS representada pelo senhor Guilherme Souza Campos, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 263/2023, e no mérito, NEGOU PROVIMENTO.

Nova Friburgo, 02 de fevereiro de 2024.

  
**LEONARDO GABRIG PEIXOTO**  
Pregoeiro- Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934